



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Dívidas Ocultas: ex-director do Credit Suisse confessa que recebeu subornos de 5.7 milhões de dólares americanos e mostra extractos bancários

Surjan Singh era director geral da Global Finance Group, unidade do Credit Suisse que mobilizou e concedeu empréstimos de 1.4 mil milhão de dólares à ProIndicus e a EMATUM em 2013, com garantias do Estado moçambicano. Singh confessou esta quarta-feira no Tribunal de Brooklyn, Nova York, que recebeu da Privinvest e de Jean Boustani, 5.7 milhões de dólares pelo seu papel na mobilização de empréstimos para as duas empresas moçambicanas e mostrou extractos bancários que confirmam os pagamentos efectuados pela Privinvest.

Singh fez um acordo com o Governo norte-americano para contar tudo o que sabe em torno da corrupção nas dívidas ocultas, em troca de receber uma espécie de carta de abono do governo americano para que o juiz do caso aplique uma pena suave pelo crime cometido e confessado.

O cidadão britânico está desde a tarde de terça-feira a depor no tribunal, na qualidade de testemunha arrolada pelo Governo norte-

americano contra Jean Boustani, o *master mind* das dívidas ocultas. Depois de contar como foram criadas as dívidas ocultas, ontem contou como recebeu os subornos.

Singh foi peça chave nas dívidas ocultas. Foi ele que assinou, pelo Credit Suisse, os acordos de financiamento à ProIndicus e a EMATUM e as respectivas garantias emitidas pelo Ministério das Finanças.

Os pagamentos eram para aumentar o montante dos empréstimos

Surjan Singh voltou a explicar que o valor inicial de dívida concedido à Moçambique foi de 372 milhões de dólares. Moçambique pediu 350 milhões de dólares para financiar o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva, que compreende as águas do mar até 200 milhas da costa. Por causa das comissões bancárias que deviam ser deduzidas da fonte, o valor

nominal do empréstimo aumentou para (os já referidos) 372 milhões de dólares. O acordo para este empréstimo foi assinado a 28 de Fevereiro de 2013 por Surjan Singh, da Credit Suisse e Eugénio Matlaba, na altura PCA da ProIndicus e António Carlos do Rosário, na altura director executivo da ProIndicus.

No mesmo dia foi assinado o acordo de emissão de garantias do Estado para avalizar o empréstimo. Assinaram o acordo Manuel Chang, então Ministro das Finanças, em representação do Estado e Surjan Singh do lado da Credit Suisse.

Por este empréstimo, Singh disse não ter recebido nenhum suborno. Mas depois foi lhe foi proposto um negócio aliciante por Jean Boustani, que lhe havia sido apresentado pelo seu chefe Andrew Pearse.

“O senhor Boustani pediu-me para mobilizar mais dinheiro [dos fundos globais de investimento] para conceder empréstimo à Moçambique. Disse que devia aumentar o empréstimo à ProIndicus e buscar outros 500 milhões de dólares para o projecto da EMATUM”, disse Singh.

Em troca, o director do Credit Suisse iria receber dinheiro de comissões ilícitas.

Singh saiu em busca de dinheiro junto dos fundos globais de investimento. E conseguiu. Mobilizou mais 250 milhões de dólares para aumentar o empréstimo inicial da ProIndicus de 372 milhões de dólares para 622 milhões de dólares que é o valor actual do empréstimo. Estes aumentos são conhecidos na língua inglesa, pelo termo, “*loan upsizes*”.

O ex-funcionário do Credit Suisse, mobilizou ainda 500 milhões de dólares como parte de 850 milhões de empréstimo da EMATUM. O acordo de financiamento da EMATUM foi assinado a 30 de Agosto de 2013 por Surjan Singh da parte da Credit Suisse, António Carlos do Rosário, como PCA da EMATUM e Henrique Álvaro Capela Gamito, como director executivo da EMATUM.

“Por eu ter conseguido mobilizar este valor o senhor Pearse perguntou-me quanto eu queria de comissão. Respondi que queria 5 milhões de dólares. Ele disse ‘espera, vou falar com Boustani’. Cerca de uma hora depois retornou-me a chamada e disse: ‘ele aceitou. Vai pagar-te 5 milhões de dólares. Mas será em prestações para não atrair atenções”, contou Singh.

Boustani, instruiu Surjan Singh a deslocar-se a Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, para abrir a conta bancária e começar receber o dinheiro de corrupção. Para poder abrir a conta bancária naquele país, precisava de permit de residência (em Moçambique denomina-se DIRE) e visto de trabalho.

Surjan Singh disse ao Tribunal que Jean Boustani facilitou a obtenção do seu visto de residência em Abu Dhabi mentido que este era trabalhador da Privinvest Holding.

“Não sei se este endereço existe. Nunca cheguei a viver lá. Era tudo falso para poder abrir conta bancária e receber dinheiro de comissões ilegais”, disse Singh ao Tribunal quando questionado se o endereço indicado como sua residência em Abu Dhabi existia de facto.

Com visto de trabalhador e *permit* de residência em mão, Boustani encaminhou Singh para abrir conta bancária no Abu Dhabi Commercial Bank. E começou a receber os pagamentos de comissões ilícitas.

O antigo director do Credit Suisse apresentou extractos da sua conta, mostrando os pagamentos recebidos:

- 18/09/2013 - 1 milhão de dólares americanos
- 24/10/2013 - 800 mil dólares americanos
- 26/10/2013 – 1 milhão de dólares americanos
- 28/11/2013 - 800 mil dólares americanos
- 24/12/2013 - 800 mil dólares americanos
- 29/01/2014 - 799.9 mil dólares americanos
- 01/03/2014 - 500 mil dólares americanos
- O que totaliza 5.7 milhões de dólares

americanos.

O mesmo aconteceu com os conspiradores moçambicanos

Surjan Singh é apenas uma das dezenas de pessoas que receberam subornos das dívidas ocultas, incluindo cidadãos moçambicanos. A justiça americana acusa Manuel Chang, Teófilo Nhangumele, António Carlos do Rosário, Armando Ndambi Guebuza, entre outros moçambicanos, de terem recebido dinheiro de subornos da Privinvest, nos mesmos moldes em que Surjan Singh confessou ter recebido.

O testemunho de Singh continua esta quinta-feira. Até o momento, ele é o declarante que mais tempo dispendeu prestando declarações sobre a sua participação neste caso.

Nota de explicação

O Centro de Integridade Pública (CIP) segue com grande interesse o caso das dívidas ocultas desde que foi despoletado. Este é o maior escândalo financeiro desde que Moçambique existe como Estado e os seus efeitos são por demais dolorosos para os moçambicanos. Por estes motivos, o CIP decidiu acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do caso para melhor se informar e consciencializar os moçambicanos sobre os males da corrupção.

O CIP passará a fazer publicações especiais relacionadas com todos os acontecimentos importantes do caso para que mais moçambicanos possam acompanhar a evolução dos factos. O CIP colabora e está aberto a colaborar com a imprensa moçambicana para troca de informação em torno deste caso.

**** Todos documentos e informações nesta publicação foram apresentados em sede de tribunal de Brooklyn New York pelas partes ouvidas no processo (veja aqui: <https://pcl.uscourts.gov/pcl/index.jsf>). O CIP, simplesmente está a fazer a reprodução das mesmas colocando-as no domínio público.**

Maputo, 7 de Novembro de 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro n° 124, Bairro da Sommerschield

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391

Email: cipmoz@gmail.com  [@CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique)  [@CIPMoz](https://twitter.com/CIPMoz)  +258 84 389 0584

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique